

REUNIÃO ANUAL DAS ASSEMBLÉIAS DE GOVERNADORES

FORTALEZA, BRASIL

AB-2167  
CII/AB-807  
11 março 2002  
Original: espanhol

DISCURSO DO GOVERNADOR PELO EQUADOR  
NA SEGUNDA SESSÃO PLENÁRIA

*Carlos Julio Emanuel*

1. É para mim uma honra dirigir-me às senhoras e aos senhores nesta linda e hospitaleira cidade de Fortaleza por ocasião da Quadragésima Terceira Reunião da Assembléia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento e Décima Sétima da Corporação Interamericana de Investimentos.
2. Desejo apresentar minha saudação ao Presidente Enrique Iglesias, que tem indiscutivelmente liderado a luta contra a pobreza em nossos países. Saúdo igualmente a toda a equipe de profissionais do Banco, que aplicam as linhas mestras dessa luta que parte do Presidente Iglesias e da Diretoria Executiva.
3. Vou dedicar alguns minutos a comentar a evolução recente da realidade política e econômica do Equador, que pode ser analisada em duas etapas claramente identificadas. A primeira, que diz respeito à economia equatoriana antes da dolarização, e a que podemos referir-nos como a economia antiga, inclui os eventos econômicos e políticos que ocorreram durante e até fins dos anos 90.
4. A segunda etapa, a da economia após a dolarização, a que nos referimos como a nova economia equatoriana, começa aproximadamente em janeiro de 2000, quando se anunciou a decisão oficial de adotar a dolarização, já que, paulatinamente, mas ao mesmo tempo de maneira inexorável, o povo equatoriano havia tomado extra-oficialmente a decisão de dolarizar a sua economia.
5. A primeira etapa, a referente à economia antiga, já foi bastante analisada e é muito bem conhecida no plano internacional. Já o conceito da nova economia não foi suficientemente analisado e entendido e, portanto, merece uma breve explicação.
6. Na economia antiga, nossos problemas não diferiam significativamente dos que afetavam outros países latino-americanos – a má administração econômica e política e a instabilidade conseqüente. Em nosso país, por exemplo, sofremos nos anos 90 o impacto da guerra com o Peru, o problema de “El Niño”, que destruiu boa parte de nossa infra-estrutura,

e a forte queda dos preços internacionais de nossos principais produtos de exportação. Desgraçadamente, as medidas adotadas para neutralizar esses problemas só contribuíram para agravar a situação. Assim, o desordenado e acelerado crescimento da emissão monetária foi o prelúdio de um processo de desvalorização de uma intensidade jamais experimentada antes, o qual, por sua vez, precipitou uma crise no setor produtivo e financeiro do país, o que redundou na falência de centenas de empresas e dezenas de instituições financeiras, elevando as taxas de desemprego a níveis sem precedentes em nossa história republicana.

7. Para o Equador, era imprescindível uma mudança radical na política econômica. A dolarização veio ser o “choque de confiança” que transformou profundamente a realidade do país.

8. Este plano evoluiu da maneira seguinte. Em primeiro lugar, importa reconhecer que nos anos 90 ocorrera um processo informal, extra-oficial e espontâneo de dolarização, motivo por que, quando se tomou a decisão oficial de dolarizar, uma decisão essencialmente política, cerca de 80% das transações já se realizavam em dólares. Em segundo lugar, entre 9 de janeiro de 2000, quando o dólar foi adotado oficialmente, e dezembro do mesmo ano, completou-se o processo de troca de sucres pelos dólares entregues pelo Banco Central. Assim, podemos dizer que a dolarização oficial da economia foi implantada de forma ordeira em menos de um ano civil.

9. O que caracteriza a nova economia equatoriana? Temos estabilidade econômica e financeira. **Com o novo plano monetário, adotou-se uma política que garante aos agentes econômicos que a emissão de moeda não mais será usada como política de fomento à atividade produtiva, nem a desvalorização como arma da concorrência.** Portanto, o Equador renunciou à possibilidade de emitir moeda nacional para financiar déficits fiscais e não provocará distorções nas relações de troca por meio de desvalorizações. A redução da taxa de inflação de 90% em 2000 para 14% em fevereiro deste ano constitui para os agentes econômicos um sinal claro de que estamos convergindo para as taxas internacionais de inflação e, portanto, é evidentemente viável nossa meta de baixar para um dígito a variação do índice de preços em fins deste ano.

10. O governo equatoriano comprometeu-se a promover a criação de riqueza por meio de uma economia de mercado, em que o sistema de preços reflita adequadamente as mudanças nas variáveis macroeconômicas. O sistema econômico estável permite aos agentes econômicos, inclusive os investidores nacionais ou estrangeiros, formar expectativas realistas sobre o futuro. Ao mesmo tempo, os consumidores podem fazer uma escolha mais abalizada quando analisam várias alternativas para maximizar seu lucro. Por isso, estamos convencidos de que a dolarização é um passo irreversível para uma economia real.

11. Com o plano de dolarização, o produto interno bruto cresceu a uma taxa de 5,4%, a mais alta da América Latina e uma das mais altas do mundo, pois se estimularam o investimento e a confiança entre os agentes econômicos. Nossas contas públicas fecharam com superávit fiscal pelo segundo ano consecutivo e, pela primeira vez em dezoito anos, pudemos completar com êxito um programa com o Fundo Monetário Internacional. É evidente que a dolarização, que impõe uma camisa de força no sistema monetário, também contribui para estabelecer finanças públicas sólidas.

12. Jamais pensamos que a dolarização seja uma panacéia ou a varinha de condão que resolverá todos os nossos problemas econômicos. Sem dúvida, tem sido muito útil para corrigir as numerosas distorções que impregnavam o nosso sistema há décadas. É uma medida necessária, embora não suficiente, para conseguir um desenvolvimento econômico sustentável, que contribua para melhorar o bem-estar do povo equatoriano. É uma opção que o Equador adotou diante de uma crise inédita e que mantém devido aos resultados obtidos.

13. Embora tenhamos conseguido avanços grandes, temos consciência de que nos falta perseverar nas reformas estruturais. Neste particular, estamos trabalhando ativamente na privatização dos setores de energia elétrica e telecomunicações, bem como na concessão ao setor privado de todos os serviços alfandegários. A Agenda Nacional de Competitividade, que é prioritária em nosso Governo, busca reduzir o “custo-Ecuador” com medidas que eliminem trâmites administrativos excessivos e elevadas taxas de juros, a fim de promover as exportações e o investimento direto estrangeiro.

14. No programa que está sendo negociado com o Fundo Monetário Internacional para o ano de 2002, coerente com o exposto acima, prevê-se um crescimento de 4% do produto interno bruto, a redução da inflação para um dígito em finais do ano e o equilíbrio das finanças públicas, com base na hipótese de 17 dólares por barril de petróleo. Nossa expectativa, no entanto, é que poderíamos encerrar o ano com um novo superávit, pois entendemos que essa hipótese é conservadora e também devido ao efeito do aumento das arrecadações tributárias não petrolíferas, que, nos primeiros meses deste ano, superaram as previsões iniciais. Ademais, estamos enviando ao Congresso Nacional, pela Via Econômica Urgente, um projeto unificado da Lei de Responsabilidade Civil, de que constam essencialmente elementos de disciplina fiscal e a criação de um Fundo de Estabilização Petrolífera, com o objetivo de evitar que os recursos petrolíferos adicionais, que começaremos a receber no ano de 2003 (uma vez que entre em operação o Oleoduto para Crus Pesados – OCP - e se comecem a explorar as novas reservas petrolíferas comprovadas em ITT e outros campos), possam ser usados em despesas correntes.

15. Como vimos, a nova economia equatoriana distingue-se consideravelmente da antiga. **O progresso que experimentamos foi enorme nos dois últimos anos e merece ser comunicado adequadamente aos analistas internacionais, investidores e líderes de opinião, que ainda atribuem um peso importante a eventos históricos negativos que ocorreram na economia antiga e que não podem se repetir nas circunstâncias atuais.**

16. Diante da iminência da próxima Cúpula de Monterrey, em que os Presidentes de mais de trinta países discutirão o futuro dos organismos financeiros internacionais, quero fazer uma reflexão sobre a forma como, do Equador, nós vemos esse desafio e, em particular, o papel do BID.

17. Diante das vozes de vários foros que se propõem a conferir a sobrevida mínima das instituições multilaterais, o governo equatoriano aproveita esta oportunidade para declarar que o BID é uma instituição demasiado importante para não continuar fortalecendo-se. Neste sentido, quero destacar uma das muitas propostas interessantes que constam do Relatório do Grupo Assessor Externo liderado pelo ex-Ministro Angel Curría, apresentado à nossa consideração nesta Assembléia, que dá forma à necessidade de reforçar os incentivos para promover uma participação mais ativa do setor privado, e considera, inclusive, a criação de

uma nova instituição à qual o BID se associe não só com outros organismos internacionais mas também e diretamente com empresas e instituições privadas.

18. Finalmente, quero frisar nosso reconhecimento pelo transcendental trabalho que vem realizando nos últimos anos o Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin), membro do Grupo do BID dedicado à promoção do setor privado na América Latina, o qual desempenhou um papel relevante no sentido de adotar novos enfoques que favoreçam o funcionamento dos mercados e a inovação. Acreditamos que o impacto logrado pelo Fumin é uma semente que deve ser preservada e fomentada, razão por que respaldamos decididamente as generosas iniciativas em favor da reposição de seus recursos.